Art. 46.º A autorização para resgate da multa pela prestação de trabalho pode a todo o momento ser retirada pelo director da cadeia quando o condenado não cumpra as obrigações que condicionam a sua concessão ou se mostre pouco diligente ou mal comportado no trabalho.

A decisão do director da cadeia deve ser submetida, no prazo de quarenta e oito horas, à confirmação do juiz que tiver autorizado o resgate, e dela pode o condenado reclamar, também para o juiz, dentro do mesmo prazo.

§ único. Os condenados a quem seja retirada a autorização para o resgate da multa recolherão imediatamente à cadeia para cumprirem o resto da pena, nos termos do artigo antecedente.

Art. 47.º O director da cadeia fará registar em livro próprio os condenados em regime de trabalho para resgate de multa, com indicação do dador de trabalho, quantitativo da multa a resgatar, número de dias de trabalho prestado e importâncias cobradas no processo e entregues ao condenado.

O livro será visado semanalmente pelo director da cadeia.

Art. 48.º As importâncias deduzidas das remunerações dos condenados nos termos da alínea b) do § 1.º do artigo 39.º serão entregues mensalmente nos cofres do Estado por meio de guia, de que ficará duplicado no processo.

§ 1.º A secretaria registará em livro próprio, em relação a cada condenado, as importâncias cobradas nos termos deste artigo e a parte correspondente da multa que se considera resgatada nos termos do artigo 41.º e seu parágrafo.

§ 2.º Terminado o resgate da multa, ou interrompida a prestação de trabalho, expedir-se-ão os competentes boletins do registo criminal, no primeira caso com a declaração de que foi cumprida a pena e no segundo com a indicação da parte que ficou resgatada.

Art. 49.º As cadernetas referidas no artigo 42.º, uma vez resgatada a multa ou interrompida a prestação do trabalho, serão apensadas ao processo em que a multa foi aplicada.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 18 de Junho de 1945. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Augusto Cancela de Abreu.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos
Nacionais

Decreto n.º 34:675

Considerando que foram adjudicadas à firma construtora Abrantina, Limitada, as obras de construção do novo edifício dos CTT de Tortosendo;

Considerando que para a execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo do quinhentos e quarenta dias, que abrange parte do ano económico de 1945 e o de 1946;

Tendo em vista o disposto no § único do artigo 4.º do decreto n.º 27:563, de 13 de Março de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com a

firma Abrantina, Limitada, para a execução das obras de construção do novo edifício dos CTT de Tortosendo, pela quantia de 575.244\$.

Art. 2.º Seja qual fôr o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despende com pagamentos relativos às obras executadas mais de 250.000\$ no corrente ano e de 325.244\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1946.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 18 de Junho de 1945. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite — Augusto Cancela de Abreu.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

2.ª Secção

Portaria n.º 10:995

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 6.º do decreto n.º 34:177, de 6 de Dezembro de 1944, que a verba do capítulo 10.º, artigo 1702.º, n.º 15), da tabela de despesa do orçamento geral da colónia de Moçambique em vigor seja reforçada com a quantia de 250.017\$10, a sair das disponibilidades do saldo positivo das contas de exercício anteriores.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Moçambique.

Ministério das Colónias, 18 de Junho de 1945. — O Ministro das Colónias, interino, Américo Deus Rodrigues Tomaz.

Portaria n.º 10:996

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 6.º do decreto n.º 34:177, de 6 de Dezembro de 1944, abrir um crédito especial de 200.000\$, com contrapartida nos saldos positivos das contas de exercício anteriores, para reforçar a verba do capítulo 4.º, artigo 703.º, n.º 3), da tabela de despesa do orçamento geral da colónia de Moçambique em vigor.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Moçambique.

Ministério das Colónias, 18 de Junho de 1945. — O Ministro das Colónias, interino, Américo Deus Rodrigues Tomaz.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção Geral do Ensino Liceal

Decreto n.º 34:676

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. Os artigos 29.º, 45.º, 67.º e 68.º do decreto n.º 34:646, de 4 de Junho de 1945, passam a ter a seguinte redacção:

Artigo 29.º A duração das provas escritas será de noventa minutos, a das práticas de duas horas.